





IGREJA
DE SÃO JOÃO
BAPTISTA
DE GATÃO
AMARANTE

IGREJA
DE SÃO JOÃO
BAPTISTA
DE GATÃO
AMARANTE



Planta.

PREÂMBULO HISTÓRICO

A Igreja de Gatão parece ter integrado, na Idade Média, a vasta terra de Sousa, em que o Catálogo das Igrejas de 1320 a inclui, taxando-a em 80 libras – valor francamente diminuto quando comparado com as matrizes vizinhas de Telões (1500 libras) ou Freixo de Baixo (400 libras) (Almeida e Peres, 1971), ambas em Amarante. Na reorganização subsequente que afetou esta região de fronteira (entre bispados) constitui-se como parte do outrossim vasto termo do concelho de Celorico de Basto.

Não obstante a atenuada importância económica da Igreja de Gatão (reflexo certamente dos seus reduzidos limites), foi abadia e, ao longo da Época Moderna, são referidos alguns dados que supõem um crescimento no seu capital: em 1706, rendia 200 mil réis (Craesbeeck, 1992: 342) e, em 1758, 500 mil, segundo o pároco João de Magalhães (Niza, 1767: 267). No início de setecentos não possuía sacristia, talvez por servir um número relativamente pequeno de contribuintes maiores (150 fogos, em 1706, e 70, em 1767) (Costa, 1706-1712: 149; Niza, 1767: 267).

Ainda em 1758, submetia-se no eclesiástico e no espiritual ao arcebispado de Braga¹, no civil e no judicial à comarca de Guimarães e à vila de Celorico de Basto, de cujo termo era donatário o Marquês de Valença. O padroado da Igreja pertencia ao ordinário, ou seja, ao bispo do Porto, que apresentava o pároco e recebia a renda, cujo valor orçava pelos já referidos 500 mil réis (Magalhães, 1758).

Pela reorganização diocesana de 1882, passou da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto (Igreja Católica, 1881).



Vista geral.

¹ Nas *Inquirições de 1258* era da apresentação do arcebispo de Braga.

O MONUMENTO NA ÉPOCA MEDIEVAL: OS VESTÍGIOS ROMÂNICOS

solada relativamente à povoação que dela se serve, a Igreja de São João Baptista de Gatão é, nas palavras de Luís Urbano Afonso, um bom exemplar da hibridez estilística que se manifesta em muitos edifícios do mundo rural português levantados ao longo dos séculos XIII e XIV (Afonso, 2009). Aos elementos ornamentais nitidamente românicos justapõem-se outros definíveis dentro de períodos artísticos posteriores e que acabaram por marcar profundamente a fisionomia e a legibilidade deste exemplar amarantino de arquitetura religiosa.

Estamos diante de uma Igreja cuja planta longitudinal é composta por galilé, nave única e capela-mor quadrangular. Em termos volumétricos, ao nível dos alçados, embora a galilé e a nave apresentem a mesma altura, como que formando um único e só corpo, a capela-mor apresenta-se mais baixa que esta última.

A cabeceira é, pois, o único elemento românico que se conserva com maior integridade. Na parede fundeira destaca-se uma fresta românica, abocinada e delimitada no interior, no seu arco de volta perfeita, por um toro. Do lado da Epístola rasgam-se ainda dois janelões retangulares, visivelmente modernos, e que permitem a iluminação interna deste espaço. É também deste lado que se rasga a porta de acesso à sacristia. No alçado norte, uma estreita fresta idêntica à da nave e à da parede fundeira da abside. Digna de destaque é a cornija que, em ambos os alçados da cabeceira, é sustentada por uma banda lombarda. Ao alçado sul adossa-se a sacristia, construção posterior e iluminada por duas pequenas janelas retangulares, que, no entanto, ainda deixa entrever este tema caracteristicamente românico e que surge em diversos monumentos



Fachadas oriental e norte.



Fachada norte. Capela-mor. Cornija.



Arco triunfal.

desta época edificados ao longo dos vales do Sousa, do Tâmega e do Douro: Paço de Sousa (Penafiel), São Pedro de Ferreira (Paços de Ferreira), São Vicente de Sousa e Santa Maria de Airães (Felgueiras) ou São Martinho de Mouros (Resende) são alguns exemplos. Foi a partir da fachada principal da sé velha de Coimbra que este motivo se disseminou um pouco por todo o românico português, assumindo um lugar peculiar no seio daquilo que Manuel Monteiro denominou como “românico nacionalizado” (Monteiro, 1943): assentando em cachorros lisos, a cornija sobre arquinhos afirma-se no seio desta família do românico português ao nível do remate superior dos alçados laterais.

A abside de Gatão assume-se como um espaço intimista e resguardado, fruto das dimensões e da amplitude do vão do arco triunfal, que a fecha relativamente à nave. E é precisamente ao nível deste arco, de volta perfeita, que encontramos os mais característicos elementos românicos deste edifício. Segundo Aarão de Lacerda (1937: 251) é, ainda, “a nota mais flagrante de anciania” desta Igreja amarantina. Composto por duas arquivoltas, quebradas, mas facetadas e lisas, é envolvido por um friso enxaquetado. A arquivolta interior apoia-se sobre duas colunas, cujo fuste baixo e grosso ostenta dois imponentes capitéis lavrados, numa composição formada por motivos vegetalistas e enrolamentos, embora, porque diferentes, o do lado da Epístola revele um tratamento mais cuidado no talhe da pedra. Estes capitéis são originais, mas muito tardios, embora comparáveis aos do claustro da colegiada de Guimarães (Almeida, 1978: 226). As impostas, toreadas, prolongam-se ao modo de friso pela parede fundeira da nave. Também as bases das colunas, bolbiformes, apresentam plinto ornado com motivos geometrizantes.



Fachada sul.

Embora visivelmente transformada durante a Época Moderna, a nave ainda denuncia a sua origem medieva. Além das estreitas frestas que permitem, duas de cada lado, a iluminação do espaço interno, no lado sul rasga-se um simples portal com arco ligeiramente quebrado, mas desprovido de qualquer elemento decorativo. A sua estrutura pode ser bem um elemento indicativo de uma cronologia avançada na conceção da fábrica medieva de Gatão. A meia altura desta fachada, um lacrimal e alguns silhares salientes, ao modo de modilhões, deixam entrever a existência de uma estrutura alpendrada que, entretanto, desapareceu. Atente-se, ainda deste lado, às diferenças existentes ao nível do corte dos silhares que dão corpo ao paramento e que atestam ou a existência de várias campanhas construtivas da fábrica ou, ainda, a marca de transformações profundas sofridas por Gatão ao longo dos séculos.

Na extremidade de ambos os alçados da nave foi rasgado um arco, cuja matriz clássica é atestada pelas linhas da imposta. Permitindo um acesso lateral à galilé, no seu fecho exhibe-se um mascarão também ele de raiz clássica e idêntico ao que remata a aduela do fecho da fachada principal.



Galilé.

Na transição da Idade Média para a modernidade

Citando João de Castro², “um dos maiores títulos da nobreza da Igreja de Gatão é constituído, como se sabe, pela colecção de frescos que adornam, interiormente, algumas das suas paredes” (Castro, 1951: 9). Uma campanha datada de finais do século XV legou-nos seis painéis de pintura mural, cuja descoberta, nos anos trinta do século XX, tem vindo a ser atribuída ao pároco Manuel Couto (Correia et al., 1936-1960: 226). Foi Aarão de Lacerda quem as publicou pela primeira vez em 1937. As pinturas existentes distribuem-se pela parede testeira da nave e na parede fundeira da capela-mor. Pelas suas características plásticas são fruto de uma mesma campanha, denotando uma cronologia relativamente recuada dado o seu vincado arcaísmo (Afonso, 2009: 351).

Na nave, as pinturas murais desenvolvem-se acima do nível que deveriam ter os “altares de fora”, certamente acompanhando-os (Bessa, 2008: 192). No lado do Evangelho surge uma representação alusiva à *Coroação da Virgem*, acompanhada por anjos, com o Menino. Luís Urbano Afonso destaca o modo empírico como se tentam criar os ornatos e a noção de volume no panejamento da Virgem (Afonso, 2009: 352). No lado da Epístola vemos uma representação de um conjunto de santos, formado por *Santa Luzia* (muito danificada, reduzida a quase metade), *São Sebastião* (preso a uma coluna e cravado por flechas) e *Santa Catarina* (acompanhada dos seus atributos, a roda do martírio e uma espada quatrocentista de pomo bulboso) (Bessa, 2008: 192), todos eles apresentados frontalmente, cada um dentro de uma estrutura arquetónica, definindo uma arcada de colunelos bastante esguios e coberta por uma cúpula com cobertura em escama (Afonso, 2009: 352). A cada santo corresponde uma tipologia de pavimento: as santas surgem sobre um pavimento formado por ladrilhos esbranquiçados, dispostos em lisonja, tendo como fundo um paramento de tons amarelados, enquanto *São Sebastião* está sobre um espaço pavimentado com ladrilhos quadrangulares amarelos.

De um modo geral, nestas representações hagiográficas abdicou-se de criar qualquer noção de profundidade espacial, apresentando-se as figuras contra o fundo sem qualquer espécie de transição (Afonso, 2009: 352). Esquemáticas ao nível do desenho e da modelação, é nelas particularmente notória a presença de um modelo para fazer os elementos constituintes dos rostos (olhos/nariz/boca), sobretudo no caso dos rostos apresentados a três quartos (Afonso, 2009: 352). Tanto Paula Bessa como Luís Urbano Afonso são concordantes em identificar grandes semelhanças entre estas pinturas e as que têm sido atribuídas à oficina ativa em Valadares (Baião) ou em São Nicolau (Marco de Canaveses): o mesmo tipo de desenho, a mesma forma de tratamento das vestes dos anjos, pavimentos em losangos e o motivo do quadrifólio (Bessa, 2008: 193; Afonso, 2009: 353-356).

No eixo do arco triunfal existe uma pintura datável da segunda metade do século XVI onde se representa um *Calvário*, embora extremamente repintado (Afonso, 2009: 352). Cristo surge

² As diversas notícias históricas publicadas nos boletins da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) dados ao prelo até 1955 devem-se certamente a este dramaturgo, facto também comprovado pelos processos administrativos da Direção-Geral (Grilo, 1999: 4).

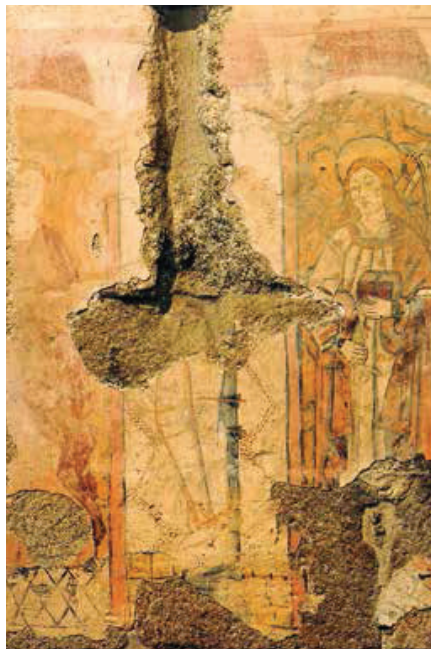


284

Arco triunfal. Parede. Pintura mural.



Parede do lado do Evangelho. Coroação da Virgem.



Parede do lado da Epístola. Santa Luzia, São Sebastião e Santa Catarina de Alexandria.

acompanhado pela Virgem e por São João. Conforme destaca Paula Bessa, esta pintura é um dos poucos casos que sobrevive e que resulta de uma determinação, sucessiva, de que se pinte um *Calvário* com Nossa Senhora e São João no topo do arco triunfal, conforme deliberação das Visitações do século XVI que se conservam no arcebispado de Braga (Bessa, 2008: 194).

De uma campanha anterior, há ainda pinturas murais na parede fundeira da capela-mor. A posição central era ocupada pela representação de *São João Baptista* e que foi destacada durante a intervenção de restauro realizada pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) nesta Igreja de Gatão, em resposta à opção por se deixar à vista a fresta axial românica, critério aliás muito seguido durante este tipo de intervenções. Recorde-se o exemplo próximo da Igreja de Santo Isidoro de Canaveses (Marco de Canaveses). Representando o painel central desta composição o orago da Igreja, este era mais alto e mais largo do que as restantes imagens, pintado num nicho definido pelo arco a pleno centro, rasgado na parede fundeira da capela-mor, onde antes se encontrava a fresta axial (Afonso, 2009: 353).

Fotografias anteriores ao destacamento do painel de *São João Baptista* mostram que a composição original se apresentava à maneira de tríptico fingido, emoldurado através de uma banda decorativa formada por folhagens acânticas pintadas em grisalha (Afonso, 2009: 353). Estas formavam como que o retábulo do altar da cabeceira românica. Luís Urbano Afonso alude ao facto de se conservar ainda nesta composição parte de uma legenda, apenas identificativa do tema iconografado, sob o limite inferior das figuras, mas infelizmente não se consegue ler na totalidade, quer por causa do desgaste da pintura, quer devido à sujidade que a pintura apresenta. A sua composição foi assim descrita por Aarão de Lacerda que a observou, *in loco*, em



Arco triunfal e capela-mor. Pintura mural antes das intervenções da DGEMN. *Calvário* e *São João Baptista*. Fonte: arquivo IHRU.



Arco triunfal. Topo da parede. Pintura mural. *Calvário*.



Capela-mor. Parede fundeira. Pintura mural. *Cristo a caminho do Calvário e Santo António*.

286

1937: “é o Santo do deserto, vestido de peles, donde pendem ossos para estas se conservarem verticais – com o cordeirinho sôbre o livro na mão esquerda e que a sua mão direita aponta como símbolo a venerar... À volta, sôbre o toro da moldura e na base, há uma decoração com motivos do renascimento” (Lacerda, 1937: 254-255).

No lado da Epístola, *Santo António* veste hábito franciscano e segura uma flor-de-lis e o Menino sobre um livro. Na parte inferior deste fresco encontra-se assim a seguinte inscrição já incompleta: “ORA...NOBIS...B...ANTONI (...)” (Lacerda, 1937: 257). Na outra extremidade, uma cena que retrata *Cristo a caminho do Calvário*, aqui representado mais na atitude de quem procura levantar a cruz, muito prejudicado no rosto onde, sob a coroa de espinhos, mal se distinguem os seus olhos dolorosos (Lacerda, 1937: 252). Na parte inferior, sob a tarja de azulejos hispano-árabes, fingidos, lê-se esta inscrição: “HVMILIAVIT SEMETPM VSQUE AD MORTEM” (Bessa, 2008: 190)³. Neste painel existe uma barra de grilhagem (Bessa, 2008: 191).

A fachada ocidental assume-se plasticamente como um elemento fruto de uma campanha realizada na Época Moderna, apesar da evidente contenção plástica. Citando Aarão de Lacerda, “dir-se-ia um templosinho seiscentista, sem pretensões, ao fitá-lo assim, apenas de frente...” (Lacerda, 1937: 250). Nela destaca-se o branco da cal dos paramentos que envolvem as aduelas do arco de volta perfeita e que permite o acesso ao interior da galilé. Também aqui vemos o mesmo mascarão que fecha os arcos dos acessos laterais a que já nos referimos anteriormente. Sobre este arco um óculo. A fachada termina superiormente sob a forma de frontão interrom-

³ A expressão, incompleta, remete para o versículo da Epístola de São Paulo aos Filipenses (Fl 2, 8): “Humiliavit semetipsum, factus obediens usque ad mortem, mortem autem crucis” (“Humilhou-se a si mesmo, feito obediente até a morte, e morte de cruz”).



Fachada ocidental.

vido, rematado nos ângulos por pináculos barroquizantes e ostentando ao centro uma cruz simples, em granito. Adossado a esta fachada, a norte, ergue-se um duplo campanário, também ostentando cruz e rematado nas extremidades por pináculos. Na parte inferior da sineira rasga-se um arco de volta perfeita e que permite o acesso, pelo adro, à fachada lateral da Igreja.

No interior da galilé, a cobertura é de madeira e esta abriga um simples portal formado por duas arquivoltas ligeiramente quebradas e apoiadas diretamente sobre os pés-direitos do muro. Do lado direito do observador vemos uma simples pia de água benta, suspensa no muro.

Regressando ao interior da Igreja, devemos chamar a atenção para uma escultura titulada da Virgem do Rosário, remanescente do património integrado que preenchia o espaço eclesial. Na sequência da reabilitação dos frescos e das intervenções puristas da DGEMN de meados do século XX, todos os retábulos foram apeados. Apenas as imagens restaram, portanto, da descrição de 1758: “tem a Igreja tres altares o Major e dois Coletrais [sic], no meio do Major está o tabernaculo do Sanctissimo Sacramento, e da parte do Evangelho está Sam Joam imagem de vulto, no Coletral [sic] da parte do Evangelho está Nossa Senhora do Rosario tambem de vulto e no outro Coletral da parte da Epistola esta o Menino JEZUS”. A escultura de vulto a que se refere o pároco João de Magalhães, quando assinala o altar colateral do lado do Evangelho, pode ser a que ainda se expõe ao culto sobre um plinto na capela-mor. Trata-se de obra em madeira policromada, estofada e encarnada, representando a Virgem, em pé, transportando ao colo o Menino Jesus que, apoiado na mão esquerda da Sua Mãe, parece abençoar os fiéis que se lhes dirigem.



Fachada norte. Galilé e torre sineira.



Fachada ocidental. Galilé e portal.

Tradicionalmente, a Virgem do Rosário é reconhecida por pender da sua mão (geralmente a direita) esse elemento de apoio à oração, tão grato aos dominicanos. Estamos, contudo, perante um modelo da Virgem com o Menino que se afasta da comum iconografia do rosário e reproduz uma tipologia de invocações marcadas por atributos como a rosa ou a romã, símbolos de pureza e fecundidade que acompanharam a dispersão dos cultos marianos ao longo da Idade Média e princípio da modernidade. Como tal, tendo em conta a iconografia e apesar do bom trabalho de ornamentação que pode já anunciar a sumptuosidade barroca dos drapeados adamacados das imagens de vulto estofadas, estamos perante uma obra ainda de finais de seiscentos⁴.

Aquando do arrolamento de 1924, na sequência dos decretos republicanos que definiram as relações Estado-Igreja na I República, o número de bens móveis refletia um acervo reduzido e pobre: uma imagem do Coração de Jesus; uma imagem de Santo António; uma imagem de São João Baptista; uma imagem de Nossa Senhora do Rosário em ponto grande; uma da mesma em ponto pequeno; um missal; dois armários para arrecadação de paramentos; três cruces de metal; seis jarras para flores; um vaso de metal amarelo; um turíbulo de metal amarelo; quatro casulas com os respetivos manípulos e estolas⁵.

A Gatão, à Igreja e ao espaço cemiterial edificado em frente ao templo liga-se a figura de Teixeira de Pascoaes, que aqui repousa. Nasceu em São Gonçalo de Amarante a 2 de novembro de 1877 e faleceu na sua casa do Outeiro, a 12 de dezembro de 1952.

De seu nome completo Joaquim Pereira Teixeira de Vasconcelos, destacou-se na literatura e na discussão filosófica de um País em tribulação, aquele que constituiu Portugal de finais de oitocentos e dos primeiros anos do século XX. Foi ensaísta, poeta e prosador místico, um dos que mais vincadamente marcou o panorama cultural no primeiro período contemporâneo português, que alguns autores fazem terminar com a sua morte. Feliciano Ramos definiu-o como um visionário poético (Ramos, 1958: 853), cuja obra se aproximava em densidade espiritual e metafísica à de António Nobre e Guerra Junqueiro, embora com este último apenas partilhasse a ideia de pátria, conquanto ao regime estavam em lugares opostos. Filho de um fervoroso monárquico, par do Reino, Teixeira de Pascoaes conservou o amor à coroa, conjugando-o com a luta que sempre empreendeu contra o racionalismo e o ateísmo e, cantando o mundo, viveu e morreu à sombra do Marão.

4 Não podemos concordar, portanto, com a datação atribuída pelo verbete do inventário da diocese do Porto (Inventário n.º PM80.0003) que propõe a cronologia 1701-1750 (Costa, 2008). Como exemplo, julgamos que a Virgem do Rosário de Gatão se aproxima em técnicas, materiais e iconografia à imagem da Virgem com o Menino, da paróquia de Resende (Paredes de Coura), justamente datada do século XVII (Tedim, 2002: 10).

5 PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo. Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Gatão. 1924-08-4. Liv. 67, fl. 78-80. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/019.



AS INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Em 1864, o pároco de Gatão, Domingos Alves da Silva, em resposta ao Inquérito realizado na diocese do Porto, alude à antiguidade da “Igreja de São João Baptista de Gatão, ou Hagatão”⁶. São parcas as informações fornecidas pelo pároco, além de aludir ao “gosto gotico” e à boa conservação desta Igreja, de que ignora a sua fundação.

Ano fundamental para a valorização patrimonial da Igreja de Gatão foi o de 1937 quando, como referimos já, na senda da descoberta dos frescos pelo padre Manuel Couto, Aarão de Lacerda publicou uma notícia relativa aos mesmos na revista *Prisma*⁷. Foi precisamente o aparecimento destes frescos que desencadeou a intenção de classificação desta Igreja amarantina como Monumento Nacional. Num ofício dirigido pelo arquiteto Baltazar de Castro ao engenheiro Henrique Gomes da Silva, Diretor-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, intercede-se precisamente a favor da classificação da Igreja de Gatão e respetivos frescos, considerados “preciosos”⁸. No ano seguinte, a proposta de classificação da Igreja de Gatão, “incluindo as pinturas murais a fresco que a decoram”, obtera já parecer favorável da Junta Nacional de Educação⁹. Apesar da “sua cândida simplicidade, e da sua fábrica tão revolvida”, considerou-se que o “merecimento de Gatão advem-lhe de algumas pinturas “a fresco” que a decoraram no século de quinhentos e que a despeito dos azares porque passou ainda encerra, mercê do elevado e amoroso interesse do abade da freguesia”¹⁰. Foi, pois, pelo Decreto n.º 30762, publicado no Diário de Governo n.º 225, de 26 de setembro de 1940, que a Igreja de Gatão, com os seus frescos, foi classificada como Monumento Nacional. Estavam, pois, criadas as condições necessárias à sua salvaguarda e que passava, precisamente, pela realização de uma profunda intervenção de restauro.

“A ruína da Igreja de Gatão, apesar de profunda e quase generalizada, não se denunciava, exteriormente, por quaisquer lesões aparatosas e sequer bem visíveis, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais iniciou os estudos que precedem sempre os complexos trabalhos exigidos pela restauração das construções históricas de maior antiguidade” (Castro, 1951: 15). No entanto, não era essa a opinião do pároco Manuel da Silva Couto que, aludindo “à dificuldade no culto” e ao perigo visível para os próprios frescos, apela à urgente necessidade de concretização das “já prometidas” reparações internas e externas¹¹. Estávamos a 13 de março

6 Silva, Domingos Alves da – Missiva (sem data) [1864]. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM, Cx. 3216/3. *Correspondência igrejas do concelho de Amarante*. 1864-1867.

7 Refira-se, aliás, que quando este autor visitou a Igreja no ano anterior, “ainda as pinturas se encontravam ocultas pelos altares, tanto na nave, como na capela-mór, sendo apenas visível a executada sobre o arco triunfal” (Lacerda, 1937: 252).

8 Ofício n.º 1264 de 11 de julho de 1939 [SIPA.TXT.00898617] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008]. Refira-se aqui o elogio que Aarão de Lacerda fez ao interesse que estes dois homens, um enquanto Diretor-Geral e o outro enquanto Diretor dos Monumentos Nacionais, vinham então demonstrando pelo fresco no âmbito de uma “já longa série de restauros bem digna de se salientar na Arqueologia portuguesa contemporânea, tão prática na sua acção salvadora” (Lacerda, 1937: 259). É neste contexto que os frescos têm vindo a ser decididamente protegidos, a cuja acção se associa o nome incontornável de José de Figueiredo e para cuja existência, no nosso país, chamara a atenção.

9 Ofício n.º 107, livro A-2 da Junta Nacional de Educação de 6 de abril de 1940 [SIPA.TXT.00898619]. Idem.

10 Parecer da Junta Nacional de Educação, 1.ª subsecção – 6.ª Secção de 12 de abril de 1940 [SIPA.TXT.00898621].

11 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 13 de março de 1941 [SIPA.TXT.00898625] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].



Nave antes das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

de 1941. No mês seguinte, Baltazar de Castro sublinha no seio dos serviços responsáveis a necessidade de realização de “largas obras” dado o mau estado de conservação do monumento¹². E, embora estas se mostrem dispendiosas, “não sendo este dispêndio proporcional ao valor artístico e histórico daquele templo”, o valor dado aos seus frescos “exige as obras (...) para a sua conservação”¹³.

Data de 26 de julho de 1941 a memória relativa à intervenção de *Obras de reconstrução, limpeza, restauro e tratamento dos frêscos da Igreja de Gatão – Amarante*¹⁴. Partindo do precário estado de conservação do edifício, foram, então, discriminadas as obras, prevendo estas a reconstrução da sacristia exterior, um pouco deslocada da atual (embora se tenha antes optado pelo rebaixamento das suas paredes, “para desafogo dos arcos lombardos da cornija da capela-mor” (Castro, 1951: 22)); uma melhoria do acesso ao coro alto, no interior com uma nova escada e, no exterior, através da escada de serviço existente “é metida no topo dianteiro da parede lateral da nave”, a ser beneficiada (mas optou-se antes por demolir uma escada, “já antiga, que dava acesso ao coro, através da parede lateral (sul) da galilé” (Castro, 1951: 22)). A par de uma beneficiação geral do equipamento litúrgico da Igreja, no qual se inclui o púlpito (dotado de uma nova guarda de madeira), ou da conceção de um novo armário de madeira para o coro, decidiu-se simultaneamente por retirar “para fóra da igreja por falta de condições recomendáveis os altares simples de madeira aos lados do arco triunfal”, assim como o da capela-mor, “também de madeira e do mesmo tipo, para libertar o altar primitivo de granito cuja mesa ainda permanece intacta”¹⁵.

Como se pode depreender, foi bastante purista o restauro levado a cabo na Igreja de Gatão. Conforme nos elucidou João de Castro, autor do texto do *Boletim* da DGEMN consagrado a esta intervenção, após o restauro foi recuperada uma “unidade construtiva necessária à (...) conservação e ao decoro estético deste edifício que há muito perdera, de forma irrecuperável, a sua unidade arquitectónica” (Castro, 1951: 20). Cremos ser de suma importância o facto de aparecer, no ano de 1951, este discurso numa obra de claro valor divulgativo. Como se sabe, datam de 1949 as fortes críticas encetadas pelo político Manuel Mendes à “obra de pura cenografia”, que considera heresia, que a DGEMN vinha realizando nos castelos, comparando a colocação das ameias nos panos de muralha “com a dentadura a pivot” (Mendes, 1949)¹⁶. Cremos que, embora noutro contexto, não é por acaso que neste *Boletim* datado de 1951 se contrapõem a “unidade construtiva à unidade arquitectónica”, alegando-se ainda que a DGEMN não pretendeu reconstituir a Igreja de Gatão como “devia ter sido na sua origem, porque isso equivaleria a iludir, com a lei da própria fantasia (erudita ou não), a lei da verdade histórica –

12 Ofício n.º 1135, de 23 de abril de 1941 [SIPA.TXT.00898626 e SIPA.TXT.00898627]. Idem.

13 Idem.

14 Memória de 26 de julho de 1941 [SIPA.TXT.00898659 a SIPA.TXT.00898655]. PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

15 Idem.

16 Esta comparação, feita por um membro da comissão central dos serviços da Candidatura da Oposição, num comício, no Porto, de apoio ao General Norton de Matos, pretendia responder ao intuito propagandista do regime materializado nas Exposições dos *15 anos de Obras Públicas*, realizadas em Lisboa, em 1948, e no Porto, no ano seguinte. As censuras do Ministro das Obras Públicas retorquiu de novo a oposição com extenso artigo no *República*, onde se acusa o Estado de despender largas somas num projeto “improvisado e por isso mesmo discutível”. Sobre esta questão das “críticas aos preceitos praticados e à situação do património artístico nacional”, veja-se Neto (2001: 258-270).

isto é, a mascarar com um monumento falso o verdadeiro monumento” (Castro, 1951: 20). Confirmando ainda esta mudança de postura no discurso oficial da DGEMN¹⁷, vemos agora ser aceite o monumento “tal como o deixaram as inúmeras gerações de Portugueses que em várias épocas, reconstruindo-o bem ou mal, contribuíram louvavelmente para a sua conservação”. Cremos que, por isto, a intervenção de Gatão é digna de constar dos anais da história do restauro e da conservação do património edificado em Portugal.

Refira-se aqui que, durante a execução destes trabalhos, o mesmo pároco de Gatão, Manuel da Silva Couto, dirigiu-se aos serviços responsáveis com uma proposta bastante original para a época¹⁸. Aproveitando o ambiente de obras que vivia por então a Igreja de Gatão, o pároco aproveitava para pedir uma ampliação da Igreja, questionando se “não poderia a portada principal vir à frente e formar uma fachada no estilo da igreja? Ficaria o corpo da igreja demasiado comprido em proporção com a largura e capela-mor. Mas não poderia, por exemplo, ficar uma inscrição a justificar essa anomalia pela necessidade do culto?” Alegava o pároco uma necessidade de mais espaço para os fiéis e que se atendesse “primeiro que tudo ao culto, a que a igreja se destina”. Este pedido não foi, como se compreende, atendido.

Voltemos à intervenção propriamente dita. Foram os frescos de Gatão um elemento de suma importância para que se avançasse com o processo de salvaguarda do imóvel. Na verdade, em 1941 chegou-se mesmo a equacionar a remoção dos frescos para um museu por forma a evitar a intervenção na Igreja (Tomé, 1998: 167). Não foi o que aconteceu. Além de ter sido conservada *in situ* a maioria das pinturas descobertas, optou-se, no entanto, por “arrancar e trasladar, sem nenhuma nova lesão, para outra parede do templo, o fresco retabular de S. João Baptista, e ainda restabelecer, pela reabertura da janela-fresta inutilizada, a primitiva feição da capela-mor” (Castro, 1951: 11). Em primeiro lugar, refira-se que esta opção foi por certo tomada posteriormente na memória datada de 1941, onde se declara que continuará “entaipada por dentro a friesta (sic) frontal da parede da capela-mór por causa do fresco que a encobre interiormente de forma a que, pelo exterior, permita a colocação do vitral”¹⁹. Não conseguimos apurar quando se optou pelo destacamento da imagem central do tríptico pintado na parede fundeira da cabeceira. A verdade é que, segundo informação de 1951, após devida “beneficiação, a imagem do Precursor reapareceu, sem nenhuma mácula deformadora, no seu quadro original, e foi colocada na nave, junto do baptistério” (Castro, 1951: 11). Mas hoje já não se encontra neste local. Em 1953, o seu estado de conservação já se mostrava deteriorado: “uma grande parte da sua superfície estava atacada por manchas que teem o aspecto de bolor e de tal modo que já não era então possível observar com nitidez o aspecto de parte da pintura”²⁰. Admitiu-se mesmo a inconveniência da sua localização junto da água da pia. Um outro documento, datado de inícios de 1969, alude novamente ao seu mau estado de conservação, não permitindo já a identificação de qualquer película cromática, oferecendo então todo o painel o aspeto de uma mancha

17 Para um maior desenvolvimento deste assunto veja-se Botelho (2010: 338 e ss).

18 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 27 outubro 1942. IRHU/ Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN: DREMNDM-2492.

19 Memória de 26 de julho de 1941 [SIPA.TXT.00898659 a SIPA.TXT.00898655]. PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

20 Ofício [ilegível], 3 de abril de 1953. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMNDM – DGEMN:DREMNDM-2492.

escura²¹. Questionou-se nessa ocasião sobre a possibilidade de recuperação deste fresco, embora se tenha optado pela deslocação da brigada móvel do Instituto José de Figueiredo ao local²².

Assim, a “Informação Técnica” do *Relatório* da Brigada que se deslocou a Gatão, datada de 21 de fevereiro de 1969, confirma este diagnóstico: os frescos desta Igreja estavam então “em muito mau estado de conservação”, sendo que o mesmo acontecia com o “fresco já deslocado e fixado num novo suporte de fibro-cimento”²³. Os documentos anexos ao relatório são mais explícitos quando aludem ao seu grau de deterioração: “toda a parte inferior da imagem desapareceu quase completamente”, embora, na parte superior, “tanto a cara como o corpo conservam ainda um pouco do desenho e até vários pormenores da expressão”²⁴. Após a realização dos necessários exames de laboratório, consideraram os técnicos deste Instituto que os frescos de Gatão precisavam de ser limpos e fixados. Após a consolidação de quatro pinturas murais, deu-se notícia de que, a 15 de setembro de 1970, o fresco restaurado, ou seja, o que mostra a imagem de *São João Baptista* e se encontrava na nave, junto da pia batismal, voltara para o Instituto²⁵. A 20 de setembro de 1970, a Direção-Geral do Ensino Superior e Belas-Artes autorizou a ida do fresco para o Instituto José de Figueiredo, bem como o tratamento do mesmo²⁶. Os frescos que permaneceram *in loco* foram então fixados, os da capela-mor com injeções de água e cal e os da parede testeira da nave também com injeções de água e cal e água de cal com um pouco de gesso²⁷. Em 1977, uma outra brigada do Instituto José de Figueiredo voltou a Gatão, comprovando que os frescos necessitavam de novo tratamento (Almeida e Pessoa, 1977).

Finalmente, em 1985, surge a explicação: concluiu-se, no Instituto José de Figueiredo, que o fresco de *São João Baptista* não tinha recuperação possível, dada a irreversibilidade dos materiais usados durante o restauro dos anos de 1940 e tendo em conta o facto de que eram já ínfimas as zonas de original que persistiam²⁸. Não aconselhando assim a sua exposição ao público, nem na própria Igreja, nem num museu, como de costume nestas situações, sugeriu-se que o pároco o guardasse nalgum “sítio não húmido”²⁹. Todavia, o então pároco não se manifestou “interessado em receber o fresco nas condições em que se encontrava”³⁰. Em 2004, o fresco ainda se encontrava nas instalações do Instituto Português de Conservação e Restauro³¹.

21 Ofício n.º 251, Proc.º P. 21 de 3 de fevereiro de 1969 [SIPA.TXT.00900718] PT DGEMN: DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011301160008]. Refira-se, aliás, que, já em 1937, Aarão de Lacerda (1937: 255) aludira ao seu estado “muito deteriorado, desde a paisagem, que sofreu seus maus tratos, à figura do Precursor, de face quasi apagada, mas onde se vislumbram traços de cuidada pintura”.

22 Ofício da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes de 26 de março de 1969 [SIPA.TXT.00900720]. Idem.

23 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – Cabral, Teresa – Relatório, 21-2-1969. *Processo de Brigada Móvel de Pintura Mural – Gatão*. Pasta 340. 1969.

24 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-Junho70].

25 PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – Cabral, Teresa – Relatório, 21-2-1969. *Processo de Brigada Móvel de Pintura Mural – Gatão*. Pasta 340. 1969.

26 Ofício da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes de 20 de julho de 1970 [SIPA.TXT.00900723]. Idem.

27 [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-Junho70, manuscrito, sem assinatura]. Idem.

28 Ofício PMO-5 do Instituto José de Figueiredo de 19 de maio de 1985. IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM/DM – DGEMN:DREM-2492. Idem.

29 Idem.

30 Ofício PMO-57 do Instituto José de Figueiredo de 16 de janeiro de 1986. Idem.

31 Ofício PMO57 de 4 de outubro de 2004. Idem.

Regressemos à década de 1940. Uma das mais profundas intervenções que foi preciso realizar foi a de substituição total do sistema de cobertura da Igreja. A memória de 1941 alude à inteira reconstrução dos telhados, incluindo-se na intervenção um novo forro em madeira. No entanto, no decorrer desta fase da obra sentiu-se que se tinha de apear e reconstruir, “até meia altura, da parede lateral (sul) da nave”, aproveitando-se então para substituir por “duas frestas devidamente localizadas”, o “janelão ali aberto em modernos tempos” (Castro, 1951: 22). Além da consequente mudança ao nível da legibilidade deste alçado, esta intervenção torna-se tanto mais significativa pelo facto de ter gerado um protesto por parte do pároco de Gatão. A 14 de dezembro de 1942, o padre Manuel da Silva Couto alude ao facto de a obra ter sido suspensa³². Tendo-se apenas feito os alicerces da nova parede, a Igreja encontrava-se, desde outubro, a “atravessar o inverno assim neste estado”, destelhada e com uma capela apeada. Segundo explicação do arquiteto Baltazar de Castro, tal interrupção deveu-se ao facto de a verba das obras de reparação do telhado ter sido canalizada para o apeamento da parede sul da nave, que ameaçava ruína³³. Além disso, a aquisição da madeira para a armação do telhado esgotou a dotação inicial. A concessão de nova dotação permitiu que os trabalhos fossem rapidamente retomados (Tomé, 1998: 167 e ss). Em 1951 publicava-se o *Boletim* que os memorou (Castro, 1951).

Em 1966 é feita a instalação elétrica da Igreja³⁴. A iniciativa de tal intervenção foi tomada pelo novo pároco de Gatão, José Augusto de Sousa Marques, aludindo à “vantagem para os fiéis, nos actos de culto” e ao facto de que assim se realçaria, “aos olhos dos turistas que a visitam certas partes do seu interior que, nem a própria luz do sol consegue iluminar”³⁵. Não deixa, todavia, de ser interessante o comentário que o pároco faz à penumbra que até então enchia o interior da Igreja de Gatão, emprestando-lhe “um ar mais pesado, mais nobre, mais conforme à sua idade secular”.

Na segunda metade da década de 1970 foram realizadas diversas obras de conservação que incluíram a construção de novas portas, a limpeza dos telhados e a reconstrução de argamassas da fachada principal³⁶. Também foram feitos diversos trabalhos na zona de proteção do monumento, nomeadamente na residência paroquial e no cemitério, que foi ampliado³⁷. Na década de 1990, a Igreja de Gatão já necessitava de novo reboco³⁸.

No âmbito da integração da Igreja de Gatão na Rota do Românico, em 2010, vemos ser concebido um novo projeto de intervenção nesta igreja amarantina (Costa, 2012). [MLB / NR]

Estão ainda previstos trabalhos de conservação e restauro da pintura mural existente na capela-mor e no arco triunfal (DRCN, 2014a), bem como do património integrado – escultura de vulto e mobiliário eclesástico (DRCN, 2014b) – desta Igreja. [RR]



Nave depois das intervenções da DGEMN.
Fonte: arquivo IHRU.

32 Couto, Manuel da Silva – Missiva de 14 de dezembro de 1942 [SIPA.TXT.00898709] PT DGEMN:DSARH-010/026-0061 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

33 Ofício n.º 13, 2 de janeiro de 1943 [SIPA.TXT.00624459] PT DGEMN:DSID-001/013-1823/3. Idem.

34 Memória descritiva de 30 de junho de 1966 [SIPA.TXT.00900692 e SIPA.TXT.00900691] PT DGEMN:DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

35 Marques, José Augusto de Sousa – Missiva de 25 de janeiro de 1966 [SIPA.TXT.00900694 e SIPA.TXT.00900695]. Idem.

36 Memória de março de 1976 [SIPA.TXT.00900745]. Idem.

37 PT DGEMN:DSARH-010/026-0104 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [Nº IPA PT011301160008].

38 Marques, José Augusto de Sousa – Missiva, 18 de janeiro de 1996 [SIPA.TXT.00900784]. Idem.

CRONOLOGIA

Século XIII-XIV: cronologia proposta para a edificação da Igreja paroquial de Gatão;

1320: a Igreja de Gatão foi taxada com 80 libras;

Século XV (finais): campanha de pintura mural da Igreja de Gatão;

1758: existiam em Gatão três retábulos em talha;

1864: o estado de conservação da Igreja de Gatão é considerado "bom";

1882: pela reorganização diocesana, Gatão passou da arquidiocese de Braga para a diocese do Porto;

1937: o padre Manuel da Silva Couto avisa sobre a existência de pinturas murais na Igreja;

1940: classificação da Igreja de Gatão como Monumento Nacional;

1941-1951: grande campanha de restauro;

2010: a Igreja de Gatão passa a integrar a Rota do Românico.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista Interior: pintura mural na parede sobre o arco* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00050030.

_____ – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista Interior: pintura mural na parede sobre o arco* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00050012.

_____ – *Igreja paroquial de Gatão / Igreja de São João Baptista. Interior: nave e capela-mor* [Material fotográfico]. Amarante: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00001084, FOTO.00672642.

A BÍBLIA sagrada. Lisboa: Paulus Editora, 2009. 1880.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *Arquitectura românica de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1978. Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BESSA, Paula – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

BOTELHO, Maria Leonor – *A historiografia da arquitetura da época românica em Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010. Dissertação de doutoramento em história da arte portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Texto policopiado.

CASTRO, João de, texto – Igreja de Gatão. *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. N.º 63 (mar. 1951) 9.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Gatão. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, [1936-1960]. Vol. XII.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

COSTA, Jorge – [*Igreja de Gatão: memória descritiva*]. Porto: Direcção Regional de Cultura do Norte – Direcção de Serviços dos Bens Culturais, 2012. Texto policopiado.

COSTA, José Augusto Coelho Abreu – *N. Sr.ª do Rosário* PM80.0003 [Em linha]. Porto: Diocese do Porto, 2008. [Consult. 06 de setembro de 2012]. Disponível em [www: <URL: http://inweb.bcdp.org>](http://inweb.bcdp.org).

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

DECRETO n.º 30762. *D.G. Série I*. 225 (1940-09-26) 1160.

GRILO, Maria Inácia Teles – *Os boletins da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: 1935-1990*. Lisboa: DGEMN, 1999. Edição em CD-ROM.

IGREJA CATÓLICA. Papa Leão XIII – *Gravissimum Christi Ecclesiam regendi et gubernandi mundus*. Bula de 30 de setembro de 1881.

LACERDA, Aarão de – Os frescos da Igreja de Gatão: nótula. *Prisma*. N.º 4 (1937).

MAGALHÃES, João de – [Memória Paroquial de] Gatão [Manuscrito]. 1758. Acessível em ANTT, Lisboa. PT-TT-MPRQ/17/22.

MENDES, Manuel – Explicações necessárias em resposta ao senhor ministro das obras públicas. *República*. Lisboa. (jan. 1949) 1.ª p.

MONTEIRO, Manuel – Paço de Sousa: o românico nacionalizado. *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*. Vol. 12 (1943) 5-21.

NETO, Maria João Baptista – *Memória, propaganda e poder: o restauro dos monumentos nacionais*. Porto: FAUP, 2001.

NIZA, Paulo Dias de – *Portugal sacro-profano...* Lisboa: na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

PORTUGAL. Instituto de Museus e Conservação – Biblioteca Central – [Brigada Móvel do Instituto José de Figueiredo, 2-junho70].

_____ – *Processo de brigada móvel de pintura mural – Gatão, 1969*. Pasta 340.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREMN, Cx. 3216/3. *Correspondência igrejas do concelho de Amarante*. 1864-1867.

_____ – *Processos vários*. N.º IPA PT011301160008 [Em linha]. Disponível em www: <URL: <http://www.monumentos.pt>>.

PORTUGAL. Ministério das Finanças – Secretaria-geral – Arquivo – Comissão Jurisdicional dos Bens Culturais. Distrito do Porto. Concelho de Amarante. *Arrolamentos dos bens culturais*. Igreja de Gatão. 1924-08-4. Liv. 67, fl. 78-80. ACMF/Arquivo/CJBC/PTO/AMA/ARROL/019.

PORTUGAL. Secretaria de Estado da Cultura. Direção Regional de Cultura do Norte – *Caderno de encargos n.º 21 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro da pintura mural da igreja de São João Baptista de Gatão, concelho de Amarante, distrito do Porto*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014a. Texto policopiado.

_____ – *Caderno de encargos n.º 23 / GTPI-DRCN / 2014: conservação e restauro do património integrado (talha e acessórios de retábulo, escultura de vulto e mobiliário eclesíástico): igreja de São João Batista / Gatão*. Vila Real: Direção Regional de Cultura do Norte, 2014b. Texto policopiado.

RAMOS, Feliciano – *História da literatura portuguesa: desde o século XII aos meados do século XX*. 3.ª edição. Braga: Livraria Cruz, 1958.

TEDIM, José Manuel – *Imaginária religiosa barroca: Paredes de Coura 2002/2003*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2002.

TOMÉ, Miguel Jorge B. Ferreira – *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998.